ISSN: 2358-8829

# RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM AUTISMO: CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO PARA O CONTEXTO EDUCACIONAL

Márcia Cristine Loureiro Fonseca [1]

## INTRODUÇÃO

De acordo com o DSM-5-TR, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se por prejuízos significativos na comunicação e interação social e por padrões comportamentais de repetição e restrição, apresentados em vários contextos da vida do indivíduo, estando presentes desde o início da infância e causando comprometimento na funcionalidade diária (American Psychiatric Association, 2023).

As características clínicas em indivíduos com TEA variam entre os casos, mas há taxas significativas que apontam para retrocesso no desenvolvimento da linguagem adquirida, além dos casos de pessoas não verbais. Outros comportamentos com incidência são os de restrição e repetição, apresentando dificuldade de flexibilidade diante de mudanças, como na rotina, nos jogos e nos interesses. Além disso, as alterações sensoriais vêm se tornando significativas no diagnóstico, comumente apresentadas por hiperreatividade ou hiporreatividade (Paula et al., 2017).

Embora existam critérios diagnósticos que caracterizam o transtorno, não há um único marcador biológico. Assim, sua identificação considera as características comportamentais apresentadas pelo indivíduo, que também podem se manifestar no contexto escolar.

Desde a implementação da Lei nº 12.764, conhecida como Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, indivíduos com autismo passaram a ser oficialmente reconhecidos como pessoas com deficiência (Brasil, 2012). E, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996, capítulo V, "Da Educação Especial", parágrafo 3º, orienta-se que: "A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação

[1] Mestranda em Educação pela Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO). Pós-graduada em Psicologia Escolar e Educacional pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Dom Bosco (UNDB). Psicóloga no Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA). marciacristinelf@gmail.com;

infantil" (Brasil, 1996). Assim, esse reconhecimento, juntamente com as legislações vigentes, permitiu garantir às pessoas com autismo os mesmos direitos assegurados às demais pessoas com deficiência no Brasil.

Entre 2022 e 2023, o Brasil viu um aumento de 50% no número de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) inseridos em classes regulares. Esse total passou de 405.056 para 607.144, conforme os dados do Censo da Educação Básica (INEP, 2024).

Em contrapartida, estudos como os de Silvana Santos (2024) e Ana Santos e Daniela Leite (2022) apontam que a inclusão de alunos com TEA nas salas de aula regulares enfrenta desafios, como a falta de profissionais capacitados e de incentivo à formação continuada, além do baixo investimento em recursos pedagógicos.

As autoras citam ainda a importância da participação ativa da família nesse processo, considerando sua contribuição para a aprendizagem. A relação entre família e escola torna-se, portanto, importante para a compreensão das necessidades do estudante e para o planejamento de estratégias que favoreçam sua participação e aprendizagem. Nesse sentido, quais são os principais desafios presentes na relação família-escola no processo de inclusão de estudantes com autismo e quais contribuições a Análise do Comportamento pode oferecer ao contexto educacional?

Nesse contexto, a Análise do Comportamento pode oferecer contribuições para a compreensão das relações entre comportamento e ambiente e para o planejamento de estratégias que considerem as necessidades individuais dos estudantes. No ambiente escolar, seus princípios podem auxiliar na compreensão dos comportamentos apresentados e na construção de práticas educacionais mais individualizadas e colaborativas entre familiares, professores e demais profissionais.

Este artigo tem como objetivo analisar os principais desafios presentes na relação família-escola no processo de inclusão de estudantes com TEA e discutir possíveis contribuições da Análise do Comportamento para o contexto educacional. Para isso, busca-se compreender aspectos relacionados ao TEA e à Análise do Comportamento, identificar os principais desafios encontrados nessa relação e discutir possibilidades de atuação diante das dificuldades identificadas.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, a partir de artigos científicos localizados nas bases SciELO e Google Acadêmico, considerando o recorte temporal de 2020 a 2025. Foram selecionados cinco estudos

ISSN: 2358-8829

relacionados à inclusão de estudantes com autismo e à relação família-escola, cujos achados foram analisados e articulados à literatura da Análise do Comportamento. Os resultados evidenciaram dificuldades relacionadas à comunicação entre família e escola, às diferentes expectativas acerca das responsabilidades de cada agente, à participação familiar e à formação dos profissionais da educação, apontando possibilidades de atuação relacionadas ao levantamento de informações, à comunicação contínua, ao planejamento individualizado e à construção colaborativa de estratégias educacionais.

## METODOLOGIA

Este estudo é de natureza qualitativa e utilizou a pesquisa bibliográfica como método, baseando-se em materiais já disponíveis sobre o tema escolhido, como livros, artigos científicos, dissertações e conteúdos disponibilizados na internet (Gil, 2010).

A pesquisa foi realizada a partir da busca por estudos relacionados à relação família-escola no processo de inclusão de estudantes com autismo. Foram utilizados os bancos de dados SciELO e Google Acadêmico, considerando o recorte temporal de 2020 a 2025. Como critérios de exclusão, não foram selecionadas obras de difícil acesso, que não estivessem disponíveis gratuitamente na internet, que não compreendessem o recorte temporal estabelecido ou que não apresentassem estrutura de artigo.

Após o levantamento, foram selecionados cinco estudos: Tomé, Martins e Gimenez (2024); Caparroz e Soldera (2023); Cabral, Falcke e Marin (2021); Carvalho e Shaw (2021); e Oliveira e Poletto (2022). Os estudos foram analisados buscando identificar os principais desafios presentes na relação família-escola diante do processo de inclusão de estudantes com autismo. Posteriormente, os achados foram articulados à literatura da Análise do Comportamento, buscando identificar possíveis contribuições para o contexto educacional.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### 3.1 Aspectos histórico-conceituais do autismo

A conceituação do autismo vem sendo desenvolvida ao longo de vários anos, sendo inicialmente relacionada a conceitos como o da esquizofrenia infantil. De acordo

com Marfinati e Abrão (2014), o termo autismo foi utilizado, em 1911, pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler para caracterizar um dos sintomas da esquizofrenia, relacionado ao afastamento da realidade e à fixação em um mundo interno.

Posteriormente, o psiquiatra Leo Kanner descreveu características do autismo, diferenciando-as de outras patologias infantis, a partir de seu estudo com crianças que apresentavam dificuldades de interação social desde o nascimento (Bianchi; Abrão, 2023). Um ano após o texto de Kanner, Hans Asperger descreveu crianças que, apesar das dificuldades de interação social, apresentavam habilidades linguísticas e intelectuais preservadas ou desenvolvidas em áreas específicas (Almeida; Bentes, 2019).

A compreensão do autismo continuou se modificando ao longo dos anos, acompanhando também as mudanças em sua classificação nos manuais diagnósticos. Fernandes, Tomazelli e Girianelli (2020) destacam que, nas primeiras edições do DSM, o autismo esteve relacionado à esquizofrenia infantil, passando, posteriormente, a integrar os Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID).

Com a publicação do DSM-5, em 2013, o autismo passou a ser classificado como Transtorno do Espectro Autista (TEA), reunindo condições anteriormente classificadas separadamente. Os critérios diagnósticos passaram a considerar dificuldades na comunicação e interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Além disso, foram estabelecidos três níveis relacionados à necessidade de suporte do indivíduo (American Psychiatric Association, 2014).

No DSM-5-TR, o Transtorno do Espectro Autista continua a ser classificado de maneira semelhante ao DSM-5, com revisões voltadas à maior clareza dos critérios diagnósticos (American Psychiatric Association, 2023). Assim, o desenvolvimento da conceituação do autismo ao longo dos anos demonstra mudanças importantes na compreensão e classificação dessa condição, culminando na atual denominação de Transtorno do Espectro Autista.

### 3.2 Análise do Comportamento e contexto educacional

A Análise do Comportamento tem suas bases nos estudos de B. F. Skinner sobre o comportamento operante e as relações estabelecidas entre o comportamento e o ambiente. Segundo Moreira e Medeiros (2019), o condicionamento operante é importante para compreendermos como diferentes comportamentos são aprendidos, como ler,

ISSN: 2358-8829

escrever e falar. Nessa perspectiva, os comportamentos produzem consequências no ambiente, que podem alterar a probabilidade de voltarem a ocorrer.

Entre os princípios da Análise do Comportamento, destaca-se a análise das contingências, que permite compreender as relações entre o comportamento e as condições ambientais em que ele ocorre. Para isso, considera-se o contexto que antecede o comportamento, a própria resposta apresentada pelo indivíduo e as consequências produzidas. Essa análise possibilita identificar variáveis relacionadas à manutenção ou alteração de determinados comportamentos (Moreira; Medeiros, 2019).

Outro princípio importante é o reforçamento, relacionado ao aumento da probabilidade de ocorrência de determinado comportamento a partir das consequências produzidas. A identificação de estímulos reforçadores pode contribuir para o planejamento das condições de aprendizagem, considerando que diferentes indivíduos podem responder de maneiras distintas aos estímulos presentes no ambiente (Duarte; Silva; Velloso, 2018).

A partir dos princípios da Análise do Comportamento, desenvolveu-se a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), voltada à aplicação desses conhecimentos a comportamentos socialmente relevantes. Ao longo dos anos, sua utilização ganhou destaque nas intervenções direcionadas às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (Almeida; Bentes, 2019).

No contexto educacional, a compreensão das relações entre comportamento e ambiente pode contribuir para identificar condições que favorecem ou dificultam a aprendizagem. O levantamento de informações sobre o estudante, a identificação das habilidades já desenvolvidas e daquelas que precisam ser ampliadas podem auxiliar no planejamento de estratégias educacionais mais individualizadas.

Além disso, a participação de familiares, professores e demais profissionais envolvidos no cotidiano do estudante possibilita o compartilhamento de informações sobre seu comportamento em diferentes ambientes. Dessa forma, os princípios da Análise do Comportamento podem oferecer subsídios para a compreensão das necessidades do estudante e para a construção colaborativa de estratégias entre família e escola.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

ISSN: 2358-8829

### 4.1 Desafios na relação família-escola diante do processo de inclusão de estudantes com autismo

A partir da análise dos cinco estudos selecionados, foram identificados como principais desafios presentes na relação família-escola no processo de inclusão de estudantes com autismo: a dificuldade de comunicação entre família e escola, as diferentes expectativas acerca das responsabilidades de cada agente, a participação familiar no processo educativo e a necessidade de formação dos profissionais da educação.

Em relação às expectativas acerca das responsabilidades de cada agente, destacam-se dois aspectos importantes: o nível de capacitação dos profissionais da escola para trabalharem com estudantes com TEA e o envolvimento dos familiares no processo de aprendizagem.

As pesquisas analisadas apontam que o processo de inclusão pode ser comprometido pela falta de capacitação dos profissionais da educação e pelo baixo investimento em recursos pedagógicos, dificultando o acolhimento, o desenvolvimento de atividades adaptadas e a própria comunicação dos profissionais com o estudante (Cabral; Falcke; Marin, 2021).

No entanto, a formação ainda não é algo garantido a todos os professores por diversos fatores, que podem ser relacionados às dificuldades financeiras para investimentos em cursos e eventos, à carga horária disponível para formação e até mesmo à ausência de interesse em se aperfeiçoar nesse campo de discussão. Nesse contexto, também são observadas incerteza, insegurança e tensão entre os responsáveis pela educação inclusiva na educação básica (Oliveira; Poletto, 2022).

Assim, é esperado pelas famílias que a escola seja um espaço de inclusão. Entretanto, dificuldades da instituição em atender às necessidades desses estudantes podem gerar medo e insegurança em relação ao processo de aprendizagem dos filhos. Em algumas situações, também pode ocorrer a atribuição à escola de grande parte da responsabilidade pelo desenvolvimento da criança, embora a educação envolva a participação conjunta da família, da escola e da comunidade. Apesar de alguns estudos apontarem participações ativas dos responsáveis, dificuldades relacionadas à participação familiar ainda se apresentam como um desafio.

De acordo com Tomé, Martins e Gimenez (2024), os estudos apontam dificuldades na participação direta da família no desenvolvimento escolar dos estudantes.

ISSN: 2358-8829

Entre elas, destacam-se a atribuição dessa participação como responsabilidade exclusiva dos familiares e a necessidade de acompanhamento das atividades pedagógicas, que nem sempre pode ser mantido de forma constante pelos responsáveis.

Além disso, as dificuldades no envolvimento dos familiares também se manifestam na participação no ambiente escolar. Muitas vezes, os pais e responsáveis encontram barreiras para se envolver nesses processos, seja pela falta de orientação adequada, por não se sentirem preparados para contribuir ou pela própria disponibilidade de tempo para acompanhar a vida escolar dos estudantes (Tomé; Martins; Gimenez, 2024).

Dessa forma, o processo educacional não deve ser compreendido como responsabilidade exclusiva de um dos agentes envolvidos. A colaboração entre família e escola permite compartilhar informações sobre o estudante e compreender suas necessidades de maneira mais ampla, favorecendo a construção de estratégias voltadas à sua participação e aprendizagem.

Outro desafio identificado foi a dificuldade de comunicação entre família e escola. Os estudos analisados demonstram o reconhecimento, tanto por parte da escola quanto da família, da importância dessa comunicação para a aprendizagem do estudante, principalmente no processo de inclusão. Entretanto, também evidenciam dificuldades para que esse diálogo ocorra de maneira contínua.

Cabral, Falcke e Marin (2021), ao analisarem a percepção de professoras sobre a relação família-escola, identificaram situações em que a comunicação ocorria principalmente quando surgiam problemas relacionados à criança ou para a transmissão de avisos e regras escolares. Tomé, Martins e Gimenez (2024), por sua vez, apontam que, embora os professores reconheçam a importância da família no processo educativo, dificuldades relacionadas ao envolvimento e à comunicação podem resultar na falta de informações sobre os estudantes.

Por outro lado, Carvalho e Shaw (2021) apresentam a perspectiva de familiares que consideravam possuir boa comunicação com a escola, embora essa comunicação fosse mediada principalmente por profissionais especializados, como a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) ou a psicopedagoga. Os resultados demonstraram limitações na comunicação direta entre professores da sala regular e familiares.

Esse cenário evidencia que a existência de canais de comunicação não garante, por si só, um diálogo contínuo entre os envolvidos no processo educativo. A comunicação entre família e escola torna-se relevante não apenas diante de dificuldades apresentadas pelo estudante, mas também para o compartilhamento de informações e para o planejamento conjunto de estratégias que favoreçam sua aprendizagem e participação.

### 4.2 Contribuições da Análise do Comportamento para o contexto educacional

Para que a inclusão escolar seja efetiva, é essencial que haja um esforço conjunto entre escola, família e demais profissionais envolvidos. Isso inclui o desenvolvimento de estratégias de comunicação e colaboração, a formação continuada dos profissionais da educação e o planejamento de condições de ensino que considerem as necessidades específicas dos estudantes.

Nesse sentido, a Análise do Comportamento pode contribuir para o contexto educacional ao possibilitar a compreensão das relações entre o comportamento do estudante e as condições ambientais em que ele ocorre. O levantamento das habilidades já desenvolvidas, daquelas que precisam ser ampliadas e dos comportamentos que podem comprometer a aprendizagem auxilia no planejamento de estratégias mais adequadas às necessidades do estudante (Duarte; Silva; Velloso, 2018). Nesse processo, a participação da família é importante por fornecer informações sobre habilidades e comportamentos observados em outros contextos.

Dentre os desafios identificados, destaca-se a necessidade de informações mais detalhadas sobre o estudante. Como estratégia, a escola pode desenvolver uma ficha de levantamento de informações que contemple habilidades, formas de comunicação, comportamentos que interferem na aprendizagem, possíveis contextos em que ocorrem, atividades de interesse e aspectos relevantes da rotina. A partir da Análise do Comportamento, importa considerar não apenas quais comportamentos são apresentados, mas também as condições em que ocorrem e as consequências relacionadas à sua ocorrência (Moreira; Medeiros, 2019). Dessa forma, o compartilhamento de informações entre família e escola pode contribuir para identificar condições que favorecem ou dificultam a participação e a aprendizagem.

Essas informações também podem subsidiar a construção do Plano Educacional Individualizado (PEI), possibilitando um planejamento que considere as

necessidades, habilidades e formas de participação do estudante. Nesse processo, a família pode contribuir para a compreensão do repertório apresentado em diferentes ambientes e para a construção conjunta de objetivos e estratégias educacionais. A Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº 13.146/2015 – estabelece medidas voltadas à garantia de um sistema educacional inclusivo e à adoção de estratégias que favoreçam o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem da pessoa com deficiência (Brasil, 2015).

Além do compartilhamento de informações, é necessário considerar as condições da própria família para participar desse processo. Bagaiolo et al. (2019) apontam que famílias de crianças com TEA podem vivenciar sobrecarga e dificuldades relacionadas ao acesso às informações, impactos financeiros, isolamento social e saúde emocional. Assim, a relação família-escola não deve se limitar à solicitação da participação dos responsáveis, mas também oferecer espaços de orientação, diálogo e articulação com os demais profissionais envolvidos no acompanhamento do estudante.

Outra possibilidade de colaboração está na construção de estratégias que favoreçam a previsibilidade e a participação do estudante nos diferentes ambientes. Guilhardi, Romano e Bagaiolo (2011) apresentam o quadro de rotina como uma ferramenta visual que possibilita antecipar as atividades e facilitar a comunicação. Sua construção pode envolver escola, família e, quando possível, o próprio estudante, favorecendo a continuidade das estratégias entre os diferentes contextos.

Assim, as contribuições da Análise do Comportamento para a relação família-escola não se restringem à aplicação de técnicas específicas, mas possibilitam compreender as relações entre comportamento e ambiente e utilizar essas informações no planejamento educacional. O compartilhamento de informações e a construção colaborativa de estratégias podem favorecer uma atuação mais articulada entre família e escola, considerando as necessidades individuais do estudante com TEA.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar os principais desafios presentes na relação família-escola no processo de inclusão de estudantes com TEA e discutir possíveis contribuições da Análise do Comportamento para o contexto educacional. A partir dos estudos analisados, foi possível identificar que essa relação ainda é atravessada por dificuldades de comunicação, diferentes expectativas acerca das responsabilidades de

cada agente, desafios relacionados à participação familiar no processo educativo e necessidade de formação dos profissionais da educação.

A comunicação entre família e escola mostrou-se um aspecto importante nesse processo, considerando que, em algumas situações apresentadas nos estudos, ocorre principalmente diante de problemas relacionados ao estudante ou para a transmissão de informações pontuais. Nesse sentido, a construção de uma comunicação mais contínua pode favorecer o compartilhamento de informações sobre as necessidades do estudante e a participação conjunta no planejamento de estratégias educacionais.

Diante dos desafios identificados, a Análise do Comportamento pode oferecer contribuições ao contexto educacional a partir de princípios que auxiliam na compreensão das relações entre comportamento e ambiente e no planejamento de condições de aprendizagem. Entre as possibilidades discutidas estão o levantamento de informações sobre o estudante, a comunicação contínua entre família e escola, o planejamento individualizado e a construção colaborativa de estratégias educacionais.

Dessa forma, compreende-se que a inclusão de estudantes com TEA não depende exclusivamente da família ou da escola, mas demanda a atuação articulada entre esses agentes e os demais profissionais envolvidos no processo. A aproximação entre família e escola possibilita ampliar a compreensão acerca das necessidades do estudante e construir práticas que considerem suas características individuais, favorecendo sua participação e aprendizagem no contexto escolar.

Por fim, considerando o caráter bibliográfico deste estudo e o número de trabalhos analisados, reconhecem-se limitações relacionadas ao recorte temporal e ao quantitativo de pesquisas selecionadas. Assim, sugere-se a realização de novos estudos que aprofundem a relação entre família e escola na inclusão de estudantes com TEA e investiguem as contribuições da Análise do Comportamento nesse contexto.

**Palavras-chave:** Transtorno do Espectro Autista. Inclusão escolar. Análise do Comportamento. Educação inclusiva.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriane Barbosa de; BENTES, Juliana Farias. **A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) como ferramenta no processo de ensino-aprendizagem da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Escola Superior Madre Celeste, Ananindeua, PA, 2019. Disponível em: https://esmac.edu.br/tccs/a-analise-do-comportamento-aplicado-aba-como-ferramenta-no-processo-de-ensino-aprendizagem-da-crianca-com-trantorno-do-asprectro-autista/. Acesso em: 20 out. 2025.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BIANCHI, Vilma Aparecida; ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. A construção histórica do autismo. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 5260–5277, 2023. DOI: 10.34119/bjhrv6n2-063. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/58018. Acesso em: 3 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm. Acesso em: 12 out. 2024.
BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 out. 2025.

CABRAL, Cristiane Soares; FALCKE, Denise; MARIN, Angela Helena. Relação família-escola-criança com Transtorno do Espectro Autista: percepção de pais e professoras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, e0156, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382021000100323&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 6 nov. 2025.

CAPARROZ, Joelma; SANTOS SOLDERA, Paulo Eduardo dos. A importância da escola no processo inclusivo de crianças autistas. **Open Minds International Journal**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 221–228, 2023. Disponível em: https://www.openmindsjournal.com/openminds/article/view/223. Acesso em: 2 nov. 2025.

CARVALHO, Samara da Silva; SHAW, Gisele Soares Lemos. Relação entre família, escola e especialistas no processo de inclusão escolar de crianças autistas no município de Campo Formoso/BA. **Cenas Educacionais**, [S. l.], v. 4, e11868, 2021. Disponível em: https://revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/11868. Acesso em: 29 out. 2025.

DUARTE, Cintia Perez; SILVA, Luciana Coltri; VELLOSO, Renata de Lima. **Estratégias da Análise do Comportamento Aplicada para pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo**. 1. ed. São Paulo: Memnon, 2018.

FERNANDES, Conceição; TOMAZELLI, Jeane; GIRIANELLI, Vania. Diagnóstico de autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas. **Psicologia USP**, v. 31, e200027, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Matrículas na educação especial chegam a mais de 1,7 milhão**. Brasília, DF: INEP, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/matriculas-na-educacao-especial-chegam-a-mais-de-1-7-milhao. Acesso em: 20 out. 2025.

MARFINATI, Anahi Canguçu; ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. Um percurso pela psiquiatria infantil: dos antecedentes históricos à origem do conceito de autismo. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 244–262, ago. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282014000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 2 nov. 2025.

MOREIRA, Márcio Borges; MEDEIROS, Carlos Augusto de. **Princípios básicos de análise do comportamento**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

OLIVEIRA, Fábio de Araújo; POLETTO, Lizandro. Reflexões acerca da inclusão do aluno com autismo: relação família/escola. **Revista Acadêmica Educação e Cultura em Debate**, v. 8, n. 1, jan./dez. 2022. Disponível em: https://revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaISE/article/view/827. Acesso em: 2 nov. 2025.

PAULA, Cristiane Silvestre de et al. Conceituação do Transtorno do Espectro Autista: definição e epidemiologia. In: BOSA, Cleonice; TEIXEIRA, Maria Cristina (org.). **Autismo: avaliação psicológica e neuropsicológica**. São Paulo: Hogrefe, 2017.

SANTOS, Silvana. Inclusão de alunos com autismo no ensino regular: estratégias e desafios. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 17, n. 3, e5701, 2024. Disponível em: https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/5701. Acesso em: 3 dez. 2025.

SANTOS, Ana Alice Sousa dos; LEITE, Daniela Soares. Inclusão de alunos com autismo no ensino regular: análise em uma escola de ensino fundamental. **SciELO Preprints**, 2022. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4471. Acesso em: 19 out. 2025.

TOMÉ, Adonis da Silva; MARTINS, Ida Carneiro; GIMENEZ, Roberto. Educação inclusiva e a relação família-escola: Um panorama de duas décadas de produção de conhecimento. **Diversidade e Educação**, Rio Grande, RS, v. 11, n. 2, p. 560–588, 2024. DOI: 10.14295/de.v11i2.15737. Disponível em: https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/15737. Acesso em: 19 set. 2025.